

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O COMBATE AS DESIGUALDADES RACIAIS E DE GÊNERO

Sônia Maria Pereira do Amaral <sup>1</sup>  
Gabrielly do Socorro Pereira Reis <sup>2</sup>

## RESUMO

A extensão universitária é uma das formas que a universidade tem de interagir dialogicamente com a comunidade externa e por meio dela trocar experiências e conhecimentos, em particular com temas ou questões complexas da sociedade contemporânea. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta relatos de experiências e análises das atividades desenvolvidas com a participação docente no Projeto de Extensão Educação e Diversidade: Relações Étnico-Raciais e de Gênero na formação continuada de professores dos anos iniciais do ensino fundamental, produzido com o objetivo de promover formação continuada para docentes nas temáticas relações étnico-raciais e relações de gênero, justificado pelo aumento no Brasil, do número de casos de racismo e de violência contra as mulheres. O projeto iniciou em agosto de 2023 inicialmente com atividades em duas escolas de ensino fundamental em um município do arquipélago do Marajó, no estado do Pará. As atividades foram organizadas em formato de minicursos e oficinas, com duração de duas horas de atividades/mês. Pelo número de docentes que fazem parte das atividades, avalia-se que a participação no projeto foi pequena e dentre alguns participantes foi possível perceber um certo estranhamento em relação as discussões dos temas que ainda parecem tabus, principalmente quando se fala de equidade de gênero. Entretanto, o mais importante não estava no número de docentes participantes, mas em sensibilizar esses e essas educadores(as) em relação a valorização da diversidade, mostrar que as diferenças quando subalternizadas tornam-se em desigualdades. Uma educação que pretenda ser democrática, cidadã e humanizadora, não pode deixar de problematizar as desigualdades sociais que também se transformam em desigualdades educacionais. Assim, contribuir para a superação de preconceitos e estereótipos requer esforços persistentes e na educação, o objetivo é consolidar a escola como um ambiente acolhedor das diferenças, onde todos(as) os(as) alunos(as) se sintam valorizados e respeitados(as).

**Palavras-chave:** Extensão Universitária, Escola, Diversidade, Relações de Gênero, Relações Étnico-raciais.

## INTRODUÇÃO

Enveredar pelas trilhas da Extensão é seguir por um caminho que nos conduz ao processo dialógico com a sociedade, ou seja, chegar mais próximo de outras instituições e contribuir com trabalhos interdisciplinares e conhecimentos atualizados, ao mesmo

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará, professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPA, Campus de Breves, [smpa40@yahoo.com.br](mailto:smpa40@yahoo.com.br);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, [coautor1pgabrielly813@gmail.com](mailto:coautor1pgabrielly813@gmail.com);

tempo, cumprir com o que orientam as Diretrizes da Extensão na Educação Superior, em seu Art. 5º, nos processos de:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

Além de outras práticas da extensão. No contexto do presente projeto de extensão, denominado “Educação e Diversidade: Relações Étnico-Raciais e de Gênero na formação continuada de professores dos anos iniciais do ensino fundamental”, se aproximar de quem está no chão da escola, vivendo e convivendo com os desafios de fazer educação de qualidade em uma sociedade marcada pelas desigualdades econômicas, social, educacional, dentre outras que nos impulsionam, na condição de docentes da educação pública superior a cumprir e/ou nos aproximar do cumprimento do compromisso social, ético, crítico, dentro dos princípios da nossa instituição, Universidade Federal do Pará - UFPA, dentre eles, primar pelo “respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual”; trabalhar no processo da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e pela “defesa dos direitos humanos e a preservação do meio” (UFPA, 2006).

Desse modo, por meio da partilha de conhecimentos, contribuir com formação continuada, com temas considerados, complexos, mas que precisam está em pauta pois estão presentes no contexto social e educacional, de forma velada ou explícitos, como exemplo os que elencamos como foco para este projeto: as relações étnico-raciais, sua inserção no currículo escolar vem de uma longa luta dos movimentos sociais até chegar aos documentos legais. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; entretanto, a lei precisou de outros meios para que as escolas pudessem inserir em seu currículo as discussões sobre a cultura Afro-brasileira e a cultura indígena, mesmo assim, ainda é possível constatar que nem pela força da lei esse tema é tratado de forma regular no currículo.

Da mesma forma estão as relações de gênero, destacando as desigualdades entre homens e mulheres que converge em violência contra a mulher e o currículo não pode deixar de fora essa discussão, uma vez que

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagens, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das

diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe - são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores [...]. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentimos que nossos/as alunos/as dão ao que aprendem (Louro, 1997, p. 64).

São pautas que não podem ser silenciadas, tendo em vista as inúmeras situações de preconceitos, crimes de injúria racial, racismo, misoginia, homofobia, feminicídios, que estão ocorrendo de maneira frequente nos mais diversos setores sociais, basta abrir os noticiários jornalísticos para encontrar tais crimes estampados nas manchetes.

Por ser a educação superior *lócus* de formação docente, mais que responder diretrizes e legislações, torna-se relevante o envolvimento da academia com a comunidade, do contrário, de que serviria o conhecimento se não for socializado, compartilhado e aplicado para a transformação social? E a dimensão ética, política da profissão a quem serviria, com que propósito? Nesse sentido reafirmamos o papel da Extensão Universitária que “é o um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage” (BRASIL, 2012, p.28)

## **METODOLOGIA**

As atividades de extensão foram realizadas com metodologias socializantes e dialógicas no sentido Freireano, de ser relacional e não ter iniciativas absolutas, na compreensão de que “o diálogo se faz numa relação horizontal, em que a confiança de um polo no outro é consequência óbvia” (FREIRE, 1987). Antes de cada encontro, entrávamos em contato com as escolas com a proposta de data para a realização da atividade, sabendo que a escola tem uma rotina, um calendário e que nós precisamos respeitar. Após o retorno, com data e horários confirmados, realizávamos o planejamento com os/as acadêmicos/as participantes, para que houvesse a participação deles e delas, também nas discussões, tendo em vista que estão em processo formativo no curso de Pedagogia. Assim realizávamos os estudos e preparação dos temas dos minicursos e oficinas.

Também trabalhamos com a participação de professores/as convidados/as para ministrar os minicursos e realizar as oficinas. A escolha para o convite dos/as docentes

palestrantes se deu pela experiência com o ensino e com a pesquisa e extensão no tema anunciado, contribuindo com a qualificação dos trabalhos apresentados e oportunizando que os estudos e as pesquisas realizadas por esses docentes fossem socializados cumprindo assim com a missão do CUMB que é “Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável”.

Antes da realização das atividades nas escolas o presente projeto passou por processo de seleção na Pró-Reitoria de Extensão da UFPA (2023), no mesmo ano foi aprovado pelo colegiado da Faculdade de Educação e Ciências Humanas do Campus Universitário do Marajó-Breves, apresentado e aprovado pelas comunidades das Escolas onde o realizamos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No decorrer de um ano do projeto conseguimos realizar 14 (quatorze) atividades de extensão, com a participação de 66 (sessenta e seis) docentes dos anos iniciais do ensino fundamental, 20 (vinte) graduandos participantes do projeto, 3 (três) professores convidados e 5 (cinco) discentes do curso de Pedagogia convidados. Neste trabalho, faremos uma síntese dos resultados das atividades.

Realizamos o primeiro minicurso com o tema: “Compreendendo a categoria gênero, Direitos Humanos e as relações de desigualdade entre homens e mulheres”. Com o objetivo de discutir a categoria gênero; desmistificar os conceitos de gênero, de direitos humanos e problematizar as relações desiguais entre homens e mulheres.

A discussão da categoria gênero não pode ser apartada da sua historicidade, da sua construção social, nem sem liga-lo ao patriarcado, as consequências do machismo estrutural que produz a subordinação feminina, em particular nas dimensões, econômica, política e simbólica. Discutimos diretamente os direitos das mulheres, que pela história das mulheres no Brasil, mais violações estiveram presentes do que a garantia dos seus direitos, pois somente a partir do século XX, década de 70, foi que os direitos humanos das mulheres começaram a ser reivindicados com maior vigor. Apresentamos dados estatísticos da atualidade para mostrar como as mulheres ainda são vítimas de assédios, importunações, e todo tipo de violência, que muitas vezes culmina com o feminicídio, que aumenta a cada ano, embora o avanço de políticas públicas para as mulheres e marcos legais a exemplo da Lei Maria da Penha - Lei nº 11340 de 07 de agosto de 2006.

No minicurso Relações de Gênero: o papel das escolas no combate ao sexismo, misoginia e todo tipo de violação dos direitos das mulheres, fizemos uma análise do contexto contemporâneo, onde torna-se de extrema relevância reconhecer que os direitos das mulheres ainda são violados em diferentes dimensões. Estereótipos de gênero, discriminação e violência contra às mulheres fazem parte do cenário social brasileiro. Dessa forma, toda e qualquer ação de criação e produção de processos que visem a equidade de gênero deve passar pela formação humana e as escolas têm o dever de desempenhar o seu papel na formação do cidadão pleno (LDB 9394/96), que tem sentimentos, emoções, desejos, vontades e todo esse conjunto forma identidades que precisam ser trabalhadas para a valorização das diferenças, desde a infância, pois a medida que esse ser vai aprendendo e se desenvolvendo, as suas ações estarão diretamente ligadas ao futuro da sociedade, seja ela para perpetuar as formas de segregação, de negação de direitos ou para abrir novos caminhos para a humanidade, onde todas as pessoas possam viver as suas identidades sem medo de expressar o que são. O objetivo do minicurso foi identificar e compreender o papel das escolas no combate ao sexismo, misoginia e todo tipo de violação dos direitos das mulheres.

Para mostrar ainda mais a necessidade de intervenção em relação a desigualdade entre homens e mulheres, distribuímos tarjas com frases machistas que frequentemente são ouvidas no cotidiano. A estratégia visou sensibilizar para as manifestações de sexismo e misoginia, promovendo uma reflexão crítica sobre a importância de combater estereótipos de gênero que são prejudiciais à vida das mulheres. Dessa forma, avaliamos o impacto positivo sobre a importância de abordar, produzir práticas pedagógicas de maneira lúdica, porém de forma segura e responsável sobre as relações de gênero, de maneira integrada ao currículo escolar, alinhando-se às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é um documento oficial e obrigatório.

O minicurso, Diversidade e Currículo – o gênero em perspectivas e a BNCC teve como propósito analisar a diversidade no currículo e nas diretrizes da BNCC, bem como, explorar a relação do projeto com o documento base para as conferências municipal e estadual de educação, que antecedem a aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE (2024-2034), que trazem como proposta a promoção de uma educação mais equitativa e de qualidade para todos os alunos. Na dinâmica do trabalho interativo os professores e professoras tiveram a oportunidade de interagir com os palestrantes, criando um espaço dialógico, com troca/partilha de conhecimentos. A interação demonstrou o poder da educação como uma via de mão dupla, onde se pode aprender uns com os outros,

enriquecendo assim a experiência de aprendizado, destacando a importância do diálogo e da diversidade na perspectiva de enriquecer os conhecimentos de todos/as que participaram da atividade de extensão

Não fazia parte do planejamento do projeto, mas em virtude da nossa atuação na escola, nos foi solicitada uma oficina para os/as estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental de uma das escolas, assim, no dia 18 de novembro de 2023, juntamente com os professores da escola, mediamos para aproximadamente 120 (cento e vinte) crianças, diferentes atividades pedagógicas em alusão ao dia da Consciência Negra. Conversamos sobre marcadores de identidades das pessoas negras, dentre elas os cabelos, realizamos contação de histórias sobre personagens negros e negras, cantamos e dançamos no ritmo de músicas que tem raízes na ancestralidade africana e por fim os/as alunos/as fizeram pinturas e colagens com representações de cabelos e rostos de pessoas negras.

Avaliamos a atividade de muito aprendizado para as crianças e para todos/as os/as participantes, pois sempre aprendemos com cada gesto, relato, experiências vividas. A participação dos/as graduandos/as como protagonista desse processo vai ao encontro do que se espera da Extensão Universitária, a visão “do estudante como protagonista da sua formação técnica e cidadã”.

Realizamos de maneira coletiva o minicurso e oficina denominado “Prática pedagógica e o uso da literatura para a promoção de uma educação antissexista”. O uso da literatura como ferramenta para contribuir no debate e na promoção de uma educação antissexista se dá pela possibilidade interdisciplinar, entre a leitura da palavra e a leitura de mundo. Quando um/a professor/a escolhe criticamente uma história, um conto, uma fábula, dentre outros, traz inúmeras possibilidades para a construção de uma visão crítica sobre o mundo e proporciona espaço para desconstruções de estereótipos, pois “a leitura é uma atividade que constrói sentido e o sentido se constrói na interação entre o texto, o leitor e o contexto social (Ferreiro, 1999, p. 57). Na concepção de Freire (1988, p. 12) “a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”. Portanto, a leitura, a literatura são ferramentas que devem estar à disposição da escolarização na educação básica, em particular, na educação infantil e no ensino fundamental onde se começa o trabalho para percepções e construções de conceitos, ideias, princípios e valores humanos.

É importante destacar que a luta por uma educação antissexista é um processo contínuo que exige engajamento de todos os agentes sociais, deve ser atravessado por

homens e mulheres comprometidos com a equidade social, pois só o coletivo pode ampliar e fortalecer essa luta para que se chegue a uma sociedade que não limita direitos, mas os garante de forma equitativa, livre de discriminações. Por sua vez a escola deve ser o local de implementação de práticas pedagógicas criativas, inovadoras e inclusivas para todos e todas que dela fazem parte e que o resultado desse processo chegue a contribuir para a justiça social.

Depois de discutir o sexismo, passamos a trabalhar o minicurso e oficina “A desigualdade racial no Brasil, a construção da identidade negra e a escola no combate ao racismo”. A oficina teve como objetivo promover a reflexão crítica sobre a realidade da desigualdade racial no Brasil, a construção da identidade negra e debater o papel que a escola vem desenvolvendo para o combate ao racismo. Lançamos alguns questionamentos: por que é importante falar da desigualdade racial no Brasil? O que significa ser negro no Brasil? De onde vem a sua ancestralidade? Foram perguntas que conduziram o debate e ao mesmo tempo as respostas se juntava a apresentação de dados estatísticos (2023/2024) capturados do observatório de educação do Instituto Unibanco que mostram que 56% da população brasileira é representada por pretos e pardos. Que 71% desse total encontram-se abaixo da linha da pobreza, o que é motivo relevante para que se produza ações educativas e sociais que combata a desigualdade social que fere a dignidade, principalmente de pessoas pretas e pardas no Brasil, onde a taxa de analfabetismo entre negros é mais que o dobro da registrada entre brancos. De acordo com o IBGE, o problema afeta 7,1% dos negros (pretos e pardos) e 3,2% dos brancos (Uol).

Na oficina foram apresentadas danças de origem africana, expressão artística de um povo que pela história contada não foram apresentados como donos de um rico patrimônio cultural. Para Fanon (1961) essa é uma forma de colonialidade, pois “o homem que é racista sente uma necessidade desesperada de afirmar a sua superioridade sobre os outros e isso resulta na desumanização de todos” (Fanon, 1961, p.75).

Como culminância desse projeto realizamos uma grande oficina, trazendo num caderno pedagógico, doado a todos os/as participantes da oficina, diferentes tipos de atividades para que os docentes pudessem realizar atividades relacionadas aos temas que foram discutidos no decorrer do ano letivo. Foi uma manhã muito produtiva, tanto pelo trabalho desenvolvido, como pelo resultado da avaliação realizada pelos docentes que participaram do projeto no longo desse ano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trata de discutir e realizar formações a partir de temas que refletem a realidade social, principalmente aqueles que mexem com as estruturas estabelecidas, como é o caso da desigualdade histórica entre homens e mulheres, entre pretos e brancos, é notória a percepção, mesmo na escola, muitas pessoas, nesta última, docentes, não querem entrar nesse debate por diversas razões, alguns por “acharem” que tais fatos não fazem parte do currículo dos anos iniciais do ensino fundamental ou por serem céticos às mudanças sociais e é nesse contexto que a Extensão universitária vem para contribuir, trazer reflexões e dialogar sobre as possibilidades que temos de desconstruir estereótipos e outras inúmeras barreiras que ainda impedem uma educação antissexista e antirracistas

Embora todas as dificuldades enfrentadas para a realização do projeto, consideramos que o trabalho foi satisfatório e trouxe esperança para mudanças de práticas pedagógicas mais humanizadas, assim como reafirmamos a Extensão universitária como um forte instrumento de socialização de conhecimentos, em particular na abertura do olhar para os currículos que mais que trabalhar letramentos e numeramentos devem combater os diferentes tipos de preconceitos. Esse encontro da universidade com a sociedade em geral, e especialmente com a educação básica, traz ganhos para além de conhecimentos educacionais, são relevantes tanto para a formação da subjetividade humana, como para a formação de cidadãos e cidadãs plenos.

Tais atividades extensionistas abrem oportunidade para diferentes debates na escola e promove possibilidades de ensino, de pesquisa e de extensão.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de novembro 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE 2014 – 2024 e dá outras providências. Disponível em: Acesso em:

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96. Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB\\_7ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf)

BRASIL, Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira. Manaus, 2012.

BRASIL, Lei 11645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática

“História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm?msclkid=0c0d30](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm?msclkid=0c0d30)

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) Acesso em 15 de maio de 2024

BRASIL, Documento referência. CONAE 2024 - Conferência Nacional de Educação: Plano Nacional de Educação 2024-2034: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/documento-referencia.pdf> Acesso em: 13 maio de 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Ministério da Educação. 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) Acesso em 20 de abril de 2024.

BRASIL, Lei 11340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) Acesso em: 20 de abril de 2024

FANON, F. Os condenados da terra. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FERREIRO, E. Ler e Escrever: Uma Teoria do Desenvolvimento Psicolinguístico. São Paulo: Cortez, 1999

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1988.

LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação. Petrópolis, Rj: **Vozes**, 1997

UFPA, Universidade Federal do Pará. Estatuto da UFPA. 2006. Disponível em: [https://ppca.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/regimento\\_e\\_normas/Estatuto-da-Universidade-Federal-doPara.pdf](https://ppca.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/regimento_e_normas/Estatuto-da-Universidade-Federal-doPara.pdf)